

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1005128-13.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Cautelar Inominada - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Joselito Martins Siqueira**
 Requerido: **Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

Vistos.

JOSELITO MARTINS SIQUEIRA ajuizou ação cautelar contra o AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A., pedindo seja instada à exibição de planilha detalhada do débito alusivo ao contrato de financiamento.

A requerida contestou o pedido, arguindo em preliminar a inépcia da inicial e a falta de interesse de agir e no mérito a falta de pressupostos típicos da lide cautelar.

Em réplica, o requerente impugnou os argumentos apresentados e ratificou os termos do pedido.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O requerente pretende a exibição de planilha detalhada do débito com o intuito de tomar conhecimento do débito existente e dos encargos que incidem sobre ele.

O requerente alega que buscou junto à instituição a obtenção de tal documento, sem obter êxito.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

É incompreensível e despropositada a resistência da requerida em fornecer o documento pleiteado pelo requerente. Sobretudo na circunstância de ter havido prévia solicitação, extrajudicialmente (fls. 30).

Também por isso a dispensa de exame do pressuposto processual, da lide cautelar, haja vista a satisfatividade do pedido. Com efeito, à vista dos documentos, quando forem exibidos, é que o requerente irá exercer eventual pretensão jurídica, ao passo que no momento seu interesse se limita em mero exame.

PRELIMINAR - Alegação de ausência de indicação da ação principal - Desnecessidade - Medida cautelar de natureza satisfativa - Não incidência do disposto no artigo 801, inciso III do Código de Processo Civil - Preliminar afastada (TJSP, Apelação nº 0001717-85.2011.8.26.0673, Rel. Des. Heraldo de Oliveira, j. 03/10/2012).

APELAÇÃO - AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO - DEVER DE EXIBIÇÃO CARACTERIZADO - PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. No que tange ao fumus boni iuris, o documento cuja exibição se pleiteia trata-se de documento comum (contrato firmado pelas partes) e o Apelante, em atenção aos seus deveres de informação e transparência (CF, art. 5º, XIV e CPC arts. 844 e 845) tem a obrigação de exibi-lo, ainda mais porque é inerentes à própria atividade econômica por ele desempenhada. É desnecessário perquirir-se acerca do periculum in mora no caso vertente, já que, em se tratando de cautelar satisfativa, tal requisito deve ser mitigado. RECURSO IMPROVIDO NESTE PONTO (TJSP, APEL. Nº: 0000646-75.2012.8.26.0200, Rel. Des. Eduardo Siqueira, j. 17.04.2013)

De todo modo, houve prévia solicitação administrativa, sem atendimento (fls. 30/31), pelo que justificável a pretensão judicial.

A requerida exibiu o contrato de financiamento, mas deixou de exibir a planilha de cálculo requerida pelo requerente.

Nestes autos não se discutirá a formação do saldo devedor contratual, pois a pretensão se esgota com a apresentação da planilha de cálculo por parte do credor.

A requerida resistiu ao pedido e se submete à condenação nas despesas processuais. Com efeito, na ação cautelar de exibição de documento,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

cabe a condenação em honorários de advogado (TJSP - AC nº 85.036.4/0 - 8ª C. Dir. Priv. - Rel. Des. Cesar Lacerda - J. 28.07.99).

Diante do exposto, acolho o pedido e condeno a requerida, AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S. A., a exibir o documento pedido por JOSELITO MARTINS SIQUEIRA, no prazo de dez dias, passível de prorrogação, se houver justificativa.

Responderá a requerida pelas custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, desde que demonstradas, e pelos honorários advocatícios do patrono do requerente, por equidade fixados em R\$ 800,00.

P.R.I.C.

São Carlos, 28 de julho de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**